



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO
ELETRÔNICO N. 26/2019**

1. INTRODUÇÃO

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, inscrita no CNPJ sob o nº 07.775.847/0001-97, com sede na Rua João Rosa Góes, 1761, Vila Progresso, Dourados-MS, vem, por meio do pregoeiro designado nos autos, dentro do prazo legal, **DECIDIR** recurso administrativo apresentado pela empresa **RC RAMOS COMERCIO LTDA, CNPJ 07.048.323/0001-02**, contra o ato de aceitação da proposta das empresas **MAPU DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA ESCRITORIO LTDA - ME, CNPJ 81.715.427/0001-78, para os itens 39, 40 e 42**, pelos motivos apontados adiante.

A sessão pública do pregão eletrônico nº 26/2019, teve início no dia 15 de agosto de 2019 e foi encerrada na data de 20 de agosto de 2019.

Encerrada a fase de lances do respectivo pregão, e realizadas as devidas convocações e análises dos documentos apresentados (propostas e habilitação), a empresa **MAPU DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA ESCRITORIO LTDA**, foi declarada vencedora de vários itens, dentre os quais os itens nº 39, 40 e 42.

A empresa **RC Ramos**, ora recorrente, manifestou intenção em recorrer contra a aceitação da proposta apresentada pela empresa **MAPU DISTRIBUIDORA**, ora recorrida.

As intenções de recurso foram aceitas e os prazos para apresentação das Razões e Contrarrazões Recursais foram informados em sistema.

As razões recursais foram apresentadas pela recorrente, enquanto a recorrida não apresentou contrarrazões. Contrarrazões foram apresentadas pela empresa classificada em segundo lugar para os itens.

Pronunciada a introdução necessária, passemos a análise das razões constantes dos recursos e apresentados.

2. DAS RAZÕES RECURSAIS APRESENTADOS PELA RECORRENTE.

As razões recursais apresentadas pela empresa para os 3 itens (39, 40 e 42), apesar de incluídas em cada um dos itens, são idênticas, desta forma a análise das razões serão analisadas em conjunto.

A seguir apresentamos os principais termos expostos pela empresa em suas razões recursais, *in verbis*:

“(…)

O Edital solicita para os itens: 39, 40, 42 “CANETA PONTA ESFÉRICA, 1,0mm, COR AZUL, PRETA E VERMELHA corpo transparente, comprimento sem tampa, mínimo 140mm - máximo 150mm(…)”



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Na consulta que fizemos a marca vencedora “Compactor” NÃO possui 140mm. Medida mínima da CANETA SEM A TAMPA.

(...)

Vale reforçar também que as marcas de referência no edital e pautadas apenas para alinhar o perfil de qualidade que a instituição exige, mas é as características que define a aquisição”

Por meio de e-mail, a empresa recorrente encaminhou documento referente as especificações técnicas referente a canetas esferográficas Compactor, onde se faz constar que as dimensões da caneta esferográfica Compactor possuem 139,5mm de comprimento sem a tampa.

Desta forma não estariam de acordo as especificação do edital, o que exigiria a desclassificação da proposta apresentada pela empresa MAPU para os itens 39, 40 e 42.

3. CONTRARRAZÃO DE RECURSO

Apresentadas por uma terceira empresa interessada, AS DISTRIBUIDORA DA FAMILIA LTDA, CNPJ 27.208.405/0001-76, apresenta em resumo, que:

“pois não tem embasamento técnico ou jurídico. Isso porque a caneta compactor apresenta 138 mm de comprimento, divergindo em apenas 2 mm. Essa diferença não interfere na qualidade, conforto, funcionalidade, escrita e etc. É algo tão irrelevante e imperceptível que não podemos ver a “olho nu”.

Outro motivo para o descarte do recurso, é o fato de que a Administração listou, nas especificações do TR, a marca compactor dentre as que são aceitas pelo Órgão. Daí, podemos inferir que a marca supracitada atende plenamente o interesse público.”

4. CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

Apresentadas as razões, passemos a analisa-las, o que para tanto trazemos primeiramente o descritivo do item junto ao edital:

9	CANETA PONTA ESFÉRICA, 1,0mm, COR AZUL, corpo transparente, comprimento sem tampa, mínimo 140mm -máximo 150mm, tampa antiasfixiante, com clipe para fixação em bolso, tubo da carga transparente montado por encaixe, tinta à base de corantes orgânicos e solventes, atóxica, ponta não retrátil em cobre ou latão, esfera de tungstênio, conformidade com a norma NBR 15236 (artigos escolares) e certificação do INMETRO (Portaria Inmetro nº 481/2010; Portaria n.º 90/2012 COMPULSÓRIO), referência: BIC CRISTAL, COMPACTOR , FABER CASTELL ou similar.
----------	---



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

O descritivo de todos os itens 38 a 42 são idênticos, distinguindo-se apenas em relação a cor da tinta da caneta.

Verifica-se que a razão do recurso apresentada pela recorrente consiste na diferença de 0,5 mm ou 0,05 cm.

Para iniciarmos a análise do recurso, precisamos compreender alguns pontos.

Infelizmente, é recorrente e de grande conhecimento de todos aqueles que atuam no âmbito das licitações que as compras de canetas sempre foram um problema para os órgãos públicos, dada a infinidade de matérias de qualidade inferior existente no mercado.

No mesmo sentido, também é de conhecimento público, a necessidade de especificar de maneira precisa e objetiva os materiais para que o setor público evite surpresas desagradáveis ao receber os materiais licitados.

É por essa razão que o edital trouxe em seu descritivo a especificação de comprimento das canetas, variando entre 140 a 150mm.

Agora o licitante tentar valer-se deste ponto para pleitear a desclassificação da proposta selecionada na licitação, **por meros 0,5mm (meio milímetros) de diferença**, pois as canetas compactor teriam 139,5mm contra o mínimo de 140mm previstos no edital.

Neste ponto, podemos citar que muitos licitantes se apegam a princípio da vinculação ao edital para pleitear a desclassificação e a recusa de propostas, cuja escrita não esteja 100% fiel ao texto previsto ao edital, muitas vezes atendo-se apenas a descritivos acessórios e superficiais que em nada acrescentam a funcionalidade do material, como no caso, como se verá adiante.

No caso em tela verifica-se que a diferença 0,5mm do comprimento da caneta, em nada interferem na qualidade do material, nem mesmo quanto a eficácia do mesmo, principalmente quando se está a exigir requisito técnico superior, qual seja, a certificação junto ao INMETRO.

Reforçamos ainda que a marca de caneta compactor está citada como modelos de referências para o descritivo do material, o que direcionam os participantes ao entendimento de que a marca em questão seria aceita em razão da **mísera diferença de 0,5mm no comprimento**.

Convém destacar que a especificação das dimensões das canetas possui seu grau de relevância, pois existem no mercado, mini canetas esferográficas que atenderiam plenamente as demais especificações do descrito. Tais mini canetas, cuja dimensão é de aproximadamente 110 mm com a tampa, vide <https://www.extra.com.br/papelaria/escritacorretivos/canetas/mini-caneta-bic-cristal-pocket-1106283-4-unidades-462309.html>.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Se não houvesse uma referência mini canetas também atenderiam as especificações do edital e teriam que serem aceitas, contudo tal diferença, algo entre 4 a 5 cm, impactaria na dimensão do tubo de tinta, que então impactaria na capacidade de escrita da caneta, o que não acontece com uma diferença de 0,5mm.

Assim, verificamos no presente caso que estamos diante da situação onde, uma eventual divergência entre o texto do edital frente ao material ofertado, precisa ser analisada num conjunto maior, muito além do simples confronto de descritivos. As compras públicas não devem pautar-se com prioridade a formalidades excessivas e desproporcionais ou até mesmo desarrazoadas.

Neste sentido, verifica-se ainda a existência de vários acórdãos do Tribunal de Contas da União cujos conteúdos relacionam-se ao caso do presente processo, vide:

Acórdão 357/2015-Plenário:

*“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública **deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado**, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.”*

Acórdão 119/2016-Plenário

*“Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar **a concretização do interesse público**, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios.”*

Acórdão 2302/2012-Plenário

“Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências.”

Assim, ao analisarmos em conjunto as orientações doutrinárias e atermos ao caso, constando que a divergência existe entre o descritivo do edital e descritivo do material ofertado, no caso, uma diferença, reforçamos novamente, **de míseros 0,5mm** (meio milímetro) referem-se a características secundárias do material, e que em nada modificam a qualidade e característica principal do material (caneta), visto que atendidos as especificações relevantes, quanto a tipo de escrita, tipo do material, e principalmente quanto à certificação o INMETRO.

É preciso levar em conta ainda, que a marca ofertada pela empresa vencedora, consta da lista de marcas de referência citadas pelo órgão em seu edital.

Deste modo, tem-se que a desclassificação da proposta apresentada, por meros 0,5 mm, para adjudicação de um material mais caro, atentaria contra os princípios da razoabilidade, da economicidade e quanto ao interesse público.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Ainda neste sentido.

Vejamos o posicionamento exarado pelo reconhecido jurista administrativo, Marçal Justen Filho, em seu livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos 11ª Edição de 2005, p. 60:

“O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. (...) Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da Lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais. Daí a advertência de Adilson de Abreu Dallari, para quem:

“existem claras manifestações doutrinárias e já há jurisprudência no sentido de que, na fase de habilitação, não deve haver rigidez excessiva; (...) Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isso não pode ser colocado como excludente do licitante.”

Citemos ainda, o posicionamento de outro administrativista, Hely Lopes Meirelles, in Direito Administrativo Brasileiro, 29ª edição, p. 267:

“O princípio do procedimento formal, entretanto, não se confunde com formalismo, que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo, não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas, desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração (...).”

A especificação da dimensão do material tem como objetivo evitar grandes distorções e diferenças entre os diversos tipos de materiais existentes no mercado, para que a administração não seja prejudicada no momento do recebimento dos produtos, não podendo ter o efeito de desclassificar propostas mais vantajosas por diferenças insignificantes, como no caso de uma diferença de 0,5mm, ante a dimensão prevista no edital de 140mm e a dimensão de 139,5mm do material ofertado.

Desta forma verifica-se que o pleito da empresa recorrente pela desclassificação da proposta apresentada pela empresa MAPU DISTRIBUIDORA para os itens 39, 40 e 42, em razão, única e exclusivamente por ter dimensão inferior ao previsto em edital, em 0,5mm, **NÃO MERECE PROVIMENTO.**

5. CONCLUSÃO

Por fim, face às razões expedidas acima, tenho por decisão, reconhecer do Recurso apresentado pela empresa RC RAMOS COMÉRCIO LTDA para no mérito **DECIDIR** pela sua **IMPROCEDÊNCIA**, uma vez que o material ofertado pela empresa declarada vencedora para os itens 39, 40 e 41 atendeu aos requisitos essenciais e relevantes para o interesse público, e que divergências em relação a características acessórias e sem relevância, não seria suficiente para justificar a recusa e desclassificação da proposta, ante as disposições e observância dos princípios da proporcionalidade, economicidade.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Portanto, havendo a existência de recursos julgados improcedentes, este Pregoeiro com base nas disposições do inciso VII do Art. 11 do Decreto 5.450/05, **ENCAMINHA** o presente processo para análise e decisão por parte da Autoridade Competente.

Aos interessados, informamos ainda, que o termo de julgamento do presente recurso será disponibilizado, na página desta Instituição através do endereço:

<https://portal.ufgd.edu.br/divisao/licitacao/pregao>

Dourados, 29 de agosto de 2019.

Paulo Roberto Batista
Pregoeiro